

Caros amigos,

Decidimos escrever esta carta, endereçada aos amigos, companheiros com os quais mantivemos pelo mundo as mais distintas relações -- pessoais, profissionais e políticas -- colegas com os quais nos articulamos, de uma forma ou de outra, em rede, ou em redes, em torno de temas, pesquisas, preocupações e ações políticas comuns nos últimos anos. A urgência deste texto é o ataque à democracia. É o que estamos sofrendo no Brasil: o golpe<sup>1</sup> parlamentar-jurídico-midiático disfarçado de processo legal, a conspiração antidemocrática que derrubou a Presidenta eleita Dilma Rousseff.

O que aqui nos reúne, o que mobilizou o nosso desejo de conversar com os companheiros de outras terras e de outras línguas, em meio a uma confusão de informações que correm o mundo sobre o Brasil, é uma afinidade não apenas com o pensamento, mas também com uma prática e uma produção política. Sob o marco genérico e aproximado, tal prática relaciona-se com o que se construiu com os novos movimentos sociais e os novos conceitos-ferramentas de compreensão do real e da luta política em diferentes pontos do mundo a partir de 1968, e no Brasil, especificamente, com a fundação do PT como um “partido movimento” -- em 1979. Sob outro aspecto, mais local e atual, o que nos reúne é a aposta de que enunciar, mapear, abordar e endereçar esse conjunto aflitivo de questões, no ato de sua urgência, no momento em que somos realmente dessituados dos lugares que até então usávamos para manejar a nossa própria crítica é o modo que encontramos para encetar, em meio às decisões que interrompem o estado democrático no Brasil, qualquer saída possível.

No nosso caso, essa ameaça à democracia remonta, para alguns, aos últimos anos de luta contra a ditadura militar, e a sua intensa luta social, que caracterizou os primeiros anos de uma imperfeita democracia que culminou no processo constituinte de 1988. Juntos vivemos a derrota-vitória de Lula e do PT em 1989, as lutas globais que afirmaram que um outro mundo era possível: Gênova, Seattle, o levante argentino de 2001, o fórum de Porto Alegre e a chegada de Lula ao poder em 2002.

O então novo governo, mesmo cheio de limitações e contradições, iniciou uma série de ações que são normalmente reunidas sob a classificação de “políticas sociais”, mas que para nós têm, ou tiveram, uma importância econômico-política para além deste termo, isto é, eram na verdade políticas produtivas, de certa forma até mesmo parte de uma nova política econômica. E de fato esses efeitos econômico-políticos se efetivavam num processo de ascensão social, redução da desigualdade e produção de subjetividade inéditos na sociedade brasileira. Compreender esse processo nestes termos é, para nós, uma diferença decisiva: a desnaturalização da pobreza que para milhões de brasileiros foi uma experiência vital, uma espécie de alteração de ordem, em parte geográfica, mas e sobretudo biopolítica, fazendo com que milhões de brasileiros passassem a frequentar espaços comuns, como a universidade, a escola, o sus (serviço integrado de saúde) que antes simplesmente lhes era restrito e/ou negado, em função desse velho quadro de imensa desigualdade social, racismo, preconceitos de classe e violência patriarcal. Quadro esse, precisamos dizer, que não sofreu, como esperávamos, o seu deslocamento nevrálgico e paradigmático ao longo dos governos do PT, que desse modo enfraqueceu-se, posto que mesmo tendo alterado algumas pontas de suas ações e direções, não transformou a gênese onde concentravam-se os grupos políticos decisórios, os partidos, e os interesses neles alojados. Isso que agora retorna com novas feições a serem ainda por nós consideradas, ou mesmo com a velha cara suja do antigo patriarcalismo coronelista deste Brasil. Justo o que a imagem e a figura do próprio Lula até certo ponto invertia, como emblema do líder operário, migrante da seca, contra a casa grande do

---

<sup>1</sup> A palavra golpe atualiza no Brasil um conjunto de questões não discutidas, histórias interrompidas, das quais destacamos o golpe civil-militar de 1964 que foi apresentado como uma “revolução em defesa da democracia”, termo utilizado não só pelos militares, mas uma parte considerável da sociedade brasileira. No entanto, seria assunto para outro artigo discutir as diferenças consistentes desse momento atual com o passado. Mas também as diferenças do golpe e ditadura no Brasil –um tanto mais complexa, cheia de ambiguidades e nuances- em relação às ditaduras que assolaram a América Latina nos anos sessenta e setenta.

Nordeste brasileiro. Esse clima está agora mesmo nas ruas, e nos grupos que se articulam, com causas distintas, mesmo que num só e grande uníssono encontrem-se no *Fora Temer!*

Essa crise, diríamos paradigmática da esquerda, dividiu-se entre o pragmatismo das alianças e o purismo dos anos de exercício de oposição sem poder. Disso resultou um emaranhado complexo, de onde o governo e o PT muitas vezes não souberam como sair. E um estreitamento da governabilidade, exercendo-se entre os políticos que estavam desde sempre já ali, espreitando retornarem ao poder executivo, e aqueles que no decorrer dos anos de governo do PT insurgiram calcados no desejo de retornarem às origens desse partido ou de atuar como “seu espelho reverso”. Essa reivindicação de volta às origens da ‘esquerda’ não deixa de indicar uma certa impotência dessa esquerda mesma. Isso posto, no caso atual do Brasil juntou-se à rotina suja do jogo institucional, ao toma lá da cá das relações com o poder legislativo e às estruturas de representação em geral, cujo jogo era cinicamente exigido do PT inicialmente como uma prova de “maturidade política” e “compromisso com as regras democráticas” --condição *sine qua non* para que fosse aceita a sua chegada ao poder. Tudo isso que agora é jogado contra ele: na forma de acusações de corrupção que, estrito senso, tanto era parte da regra do jogo (de um jogo onde muitas vezes a corrupção é a regra), quanto era parte daquilo que o PT sempre apontou como uma de suas principais plataformas políticas combater. Hoje devemos reler, ouvir e afirmar que por detrás do genérico e cínico discurso anticorrupção, hipocritamente direcionado quase todo contra o governo do PT, estavam as forças políticas que, mais do que utilizar deste tipo de expediente corrupto, foram as que estruturaram esquemas mafiosos de toda a ordem nas relações entre as corporações econômicas e a representação política: esquemas que se impunham a qualquer grupo que chegasse ao poder.

Ao mesmo tempo, desde os primeiros anos de governo Lula, pudemos perceber o ódio e a violência material e simbólica contra o processo de ascensão social que se iniciava no Brasil. Foi neste contexto que encontramos uma das primeiras tentativas de tirar Lula e o PT do poder nos anos de 2005/2006. Neste momento buscamos nos organizar e alguns de nós formou o “fórum pela radicalização democrática e contra a desestabilização do governo Lula”. Mas não era apenas uma dimensão de defesa ao governo Lula que nos unia. A “radicalização democrática” era para nós uma mobilização para o aprofundamento de algumas políticas que encontravam oposição oriunda dos mais variados tipos de conservadorismos e formas de poder, expressas até nas próprias alianças do governo. Assim nos organizamos, por exemplo, para apoiar dentro das universidades uma batalha nada fácil colocada por novos movimentos sociais: a implementação das políticas de cotas para negros e pobres. Uma luta não sem poderosos e mistificadores adversários, até mesmo entre um certo marxismo mais ortodoxo. Mas este movimento foi amplamente vitorioso e se efetivou numa das mais importantes janelas de ascensão social. A ampliação e a construção de novas universidades, a abertura de novas vagas, as políticas democratizadoras de acesso somaram-se à defesa de programas como o bolsa família, o apoio à agricultura familiar, a constituição de um piso nacional para os professores, a política de valorização do salário mínimo, os inovadores pontos de cultura, entre outras políticas que foram decisivas para permitir ao país, inclusive, um ciclo virtuoso de crescimento macroeconômico, mesmo que este seja visto dentro dos padrões de “respeito aos contratos”, de “crescimento do mercado” e dos pactos feitos interna e externamente com o grande capital.

Em geral este processo foi descrito como uma “ascensão pelo consumo”, num discurso que, neste ponto, uniu neoliberais e desenvolvimentistas. Para nós, porém, houve aí um elemento de produção de subjetividade decisivo em qualquer compreensão de política e de economia, ou de economia-política, que se possa ter: seja a que nos é mais cara, seja até a de uma ótica mais pragmática de gestão do capitalismo contemporâneo. Sabemos bem que o capitalismo, em suas operações de captura, busca jogar todo o desejo na aquisição e aqui poderíamos falar de um “consumismo”. Trata-se de esvaziar a dimensão produtiva do desejo que perpassa o próprio consumo para além dos bens, das subjetividades

e modos de vida que nos esperam prontos nas prateleiras do supermercado. Não obstante, de uma forma ou de outra, muita coisa escapa à tradicional operação de reduzir toda a produção à forma mercadoria e às quantidades abstratas em forma de moeda. O deslocamento social aconteceu no Brasil, em especial entre os anos 2003 e 2013, produzindo uma experiência material própria, vital, de desnaturalização da pobreza em milhões de pessoas e em diversos grupos sociais. Observamos então a liberação de um desejo social que forçava os limites dos nichos de “consumo” e de “mercado de trabalho”. Um desejo que permitia novamente falar de política nos espaços antes estritamente teóricos ou técnicos. Sem que isso cheirasse à doutrina. Falar de política no seio da língua, do poema, dos corpos em movimento, sem que isso cheirasse ao velho e bem comportado chavão do engajamento, do partido e da bandeira: uma gota vermelha, uma ideia comum. Algo que foi se diluindo como modo de percepção e de afecção. Mas não a diluição que neutraliza. Essa outra: a que prolifera. Um tanto desse impalpável que só sentimos na atmosfera. Isso tudo hoje retorna, com outras feições.

Assim, tanto do ponto de vista mais pragmático, quanto do ponto de vista das conquistas políticas que nos mobilizam, não foi nenhuma política do tipo keynesiana ou desenvolvimentista que ensaiou um pacto social reformista; ao contrário, foram os efeitos das chamadas políticas sociais que puxaram o emprego formal e os anos de próspero crescimento econômico. Duas falas constantes do ex-presidente Lula explicam resumidamente o que aconteceu: 1) Incluir os pobres no orçamento. 2) Dar o dinheiro diretamente aos pobres.

Aqui caberia uma grande análise sobre como as escolhas desenvolvimentistas, que começam a tomar conta da aliança governista em meados do segundo governo Lula foram representando pouco a pouco um estrangulamento dessa estratégia, que desde o início fundava seu governo como aquele que ‘dá o peixe, mas também ensina a pescar’. Quer dizer, essa direção interceptava o nosso desejo entre a necessidade de fazer com que a política de combate à pobreza e às desigualdades proliferassem em ações micropolíticas de crescimento desses grupos mesmo: economia agrária comunitária, assunção da voz indígena barrando as determinações das zonas e os ataques aos territórios, articulação dos grupos de saúde no atendimento às mulheres agredidas e violentadas e ao acompanhamento das mudanças de sexo reverberassem na lei do aborto, do casamento e adoção homo parental entre tantas outras ligações entre a micro e a macro política.

Nota-se que não se trata aqui de um debate limitado pela concepção de economia que domina a cena política, mas de entender uma operação que, mais do que ideológica, começou a produzir uma série de palavras de ordem e enunciados de poder que, mais cedo ou mais tarde, iam se confrontar com a própria mobilização social que os programas de governo estavam ajudando a promover.

No centro desta virada estava a estratégia em apostar em grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, na apresentação de um programa de obras de infraestrutura sem qualquer discussão com a sociedade, intensificando ao extremo o jogo sujo de troca entre empreiteiras e partidos políticos; além de subsídios a grandes grupos econômicos nacionais numa estratégia para supostamente “gerar empregos” que custou bilhões ao orçamento. Não por acaso é neste mesmo momento que se estreita a aliança do PT com o partido que hoje lidera o processo golpista contra Dilma, apunhalando-a pelas costas: o PMDB. A lógica dos tecnocratas que sabiam o que era melhor para o povo facilitou a boa convivência entre velhos quadros da direita, alguns até oriundos do regime militar, e históricos intelectuais e economistas desenvolvimentistas de esquerda. Nas cidades, das quais o Rio de Janeiro talvez seja o maior exemplo, se impôs uma política aberta de privatização do público, de remoções e gentrificação, de forte especulação imobiliária e início de um processo inflacionário que atingia os pobres e a classe média.

Assim, as relações cada vez mais perigosas com as velhas oligarquias ia criando uma estranha zona cinza e uma semelhança de práticas que, pouco a pouco, ia tornando ingênuo afirmar que “Lula, Dilma, o PT e

a esquerda eram reféns das alianças que tiveram que fazer para governar”: um enunciado que nunca deixou de ser parcialmente real, mas que tantas vezes virou a expressão de um cinismo que se expressou em certos quadros e aparelhos da esquerda que foram gostando do jogo autoritário e concentrador de riqueza das relações entre capital e Estado.

Mas a esperança já não era mais uma propriedade do discurso oficial de publicidade do lulismo, e se expressava agora socialmente nas novas subjetividades que não suportariam mais a vida limitada pelos novos acordos de poder. De alguma forma parece que o gigantesco movimento de junho de 2013 foi também a expressão disso, isto é, de um desejo social que não poderia e nem queria mais ser controlado. Não vamos aqui cair na presunção autoritária dos intelectuais que disputam versões e teorias entre si para afirmarem “nós entendemos o que foi 2013”. Para nós, no entanto, pelo menos dois aspectos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, a decisiva participação de uma nova geração de jovens que entrou na universidade pela primeira vez, ou que de alguma forma estava vivendo as transformações sociais do país: os filhos do lulismo e do PT, que ali foram tratados como filhos bastardos. Em segundo lugar, uma insatisfação social que de alguma forma reagia ao resultado das políticas adotadas depois da aliança com o PMDB, da ideologia e dos enunciados de poder desenvolvimentistas que, como efeito prático, tem a ver com a luta contra os oligopólios mafiosos que dominam o transporte urbano, com a violência das remoções feitas por um Estado servil à especulação imobiliária, com os massacres praticados, em especial pelas polícias militares, contra a população pobre e negra, e todo um modelo predatório que atropela comunidades, vidas, economias, reduzindo o processo de ascensão e produção social a uma captura estatística: a “nova classe c”. Mas qualquer coisa que se diga é pouco para explicar a potência dos movimentos de 2013: devires que abriram grandes fissuras nas certezas políticas e nas estruturas de representação.

Intelectuais e acadêmicos se assustavam porque nada parecia caber perfeitamente em seus cercadinhos conceituais bem determinados. As oligárquicas corporações de comunicação mudaram de posição pelo menos quatro vezes em menos de um mês: primeiro, como de costume, criminalizando o movimento, depois ensaiando uma operação de captura querendo transformá-lo numa grande mobilização “anti-PT” e “anti-Dilma”, depois ensaiando uma moralista divisão entre os manifestantes (cidadãos de bem pacíficos x vândalos), e finalmente voltando à habitual criminalização. Governos, partidos de oposição e situação, também se viram perdidos em suas versões e interpretações até chegarem, num triste momento, a fazerem o coro uníssimo da criminalização e da repressão. Se muitos dos que apoiavam Lula participavam do movimento, o aparelho do PT e governos aliados não resistiram à sedução fácil e covarde da demonização e do apoio à repressão.

De certa forma, porém, sempre foi no campo da subjetividade e do desejo que este conflito desde o início se materializava em disputa econômica e política. O simples sinal de algum tipo de reforma e deslocamento social, ainda em 2003, já fora o suficiente para assistirmos a intensificação e a disseminação do medo e do ódio na sociedade brasileira. “Ódio aos pobres”, “ódio ao PT”, “ódio ao Lula”, “ódio aos nordestinos”, racismo, sexismo, homofobia, saíram do armário e passavam a ser proclamados abertamente, devidamente intensificados pelas corporações de comunicação dominadas por cinco ou seis famílias, paradigma de nossas estruturas, verdadeiras *plantations* virtuais. Numa sociedade onde a cultura de privilégios une a elite e as antigas classes médias brancas, estas já não se preocupavam mais em disfarçar que, mesmo a possibilidade, num horizonte ainda distante, da universalização dos direitos, lhes era insuportável. E assim, ter que pegar o mesmo avião que um empregado, ou ver seus filhos estudarem na universidade ao lado de um jovem negro da periferia, começou a ser adjetivado como “comunismo” ou “projeto de uma república bolivariana”.

Por outro lado, por dentro da própria aliança governista e na sua própria base, esta espécie de onda conservadora também se disseminava. A reversão do desejo em medo, e do medo em ódio, foi se tornando uma estratégia política: medo compreensível de quem tinha um passado pobre como um

fantasma a assustar, medo do salto para o desconhecido, das novas formas de vida, dos novos arranjos familiares, da sexualidade vivida de forma diversa, além do medo nada abstrato da morte para quem vive em regiões da cidade onde a vida vale muito pouco e milhares de jovens negros e pobres são assassinados antes de chegar aos 20 anos de idade. E assim a economia da esperança das transformações foi entrando em conflito com a economia do medo. Este conflito foi ganhando ares dramáticos e uma inédita e temerária organicidade, unindo algumas vezes, numa só onda, o conservadorismo da oposição violenta aos governos Lula/Dilma ao conservadorismo de parte da própria base governista. E assim as poderosas estruturas das igrejas neopentecostais e das corporações de comunicação, articuladas entre si ou não, foram decisivas para organizar, potencializar, intensificar sistematizar e agir estrategicamente ao nível do Estado, fazendo avançar ações políticas contra os direitos, ensaiando a institucionalização e a legalização da homofobia, do sexismo e do Estado Policial com seu racismo e classismo. Por outro lado, os movimentos sociais, nunca mais foram os mesmos depois de 2013; e aqui falamos de novo em esperança, da produção política que vai se reinventando em tantos lugares no Brasil hoje. Novas formas de organização, novas formas de luta, coletivos políticos, coletivos culturais, inventividades e lutas políticas nas periferias e nas favelas, uma impressionante disseminação do movimento feminista para além dos limites da classe média intelectualizada, a resistência brava do movimento negro contra um Estado Policial recrudescendo, a rejeição a velhos aparelhos e práticas de poder. De todos estes movimentos, talvez o mais potente de todos tenha sido a ocupação das escolas de São Paulo por estudantes secundaristas em 2015 contra um projeto que fechava escolas e reduzia o número de turmas. Semelhantes ocupações acontecem hoje no Rio de Janeiro, no Ceará, Pernambuco e no Rio Grande do Sul.

Mas para as forças conservadoras, com os temperos fascistas e escravocratas típicos do Brasil, pouco importava a evidência de que o governo do PT já não era mais capaz de propor e liderar transformações sociais, pouco importava se o segundo governo Dilma, esmagado pela crise econômica –cujas escolhas desenvolvimentistas e a sistemática sabotagem da oposição ajudaram a aprofundar– se aproximava cada vez mais do receituário neoliberal. O PT permanecia como um partido de esquerda apenas no delírio paranoico do ódio político e da ação golpista, e uma conspiração política, com capa de processo legal, avançava já sem o menor respeito pelas conquistas democráticas e pela constituição. De uma certa forma esta situação toca a todos nós, ou a quase todos nós, quando já fazíamos oposição ao governo Dilma. A polarização que até certo ponto parecia conveniente ao governismo para manter uma chantagem sobre todo o campo da esquerda e movimentos sociais em geral, a partir da lógica do “menos pior”, atropelou o próprio governo e foi se transformando numa ameaça real contra a democracia e as conquistas sociais dos últimos anos.

O ano de 2015 nos colocou, assim, diante de grandes demonstrações de rua que, apesar de capturarem inicialmente uma insatisfação legítima da população, ganhavam cada vez mais um cunho profundamente conservador, eram promovidas abertamente pelas corporações de comunicação, exibiam sem o menor pudor palavras de ordem de cunho fascista e escravocrata, e mostravam defensores de um processo supostamente legal de “impeachment” marchando sem o menor pudor ao lado de grupos que defendiam a intervenção militar.

Sem a mesma cobertura midiática – e até estigmatizados– nos mobilizamos pela democracia. Nossas manifestações foram crescendo de uma forma que surpreendeu muita gente, até a nós mesmos. De alguma forma nos reencontramos ali, nem que fosse para nos abraçarmos, para falar do tipo de terror psicológico que caía sobre nós, para poder gritar em meio a uma onda de ódio que estava nos deixando acuados, medrosos, sem saber como agir. Muitos dos que se posicionavam se diziam contra o afastamento da Dilma Rousseff embora fossem oposição ao governo. Apesar da tentativa de controle dos atos pelos aparelhos governistas, muitas intervenções defendiam a democracia, a legitimidade do governo eleito sem se furtar a criticar abertamente, às vezes até duramente, diante de seus próprios

membros, muitas de suas políticas. O auge deste espetáculo talvez tenha sido o de ver uma liderança indígena, diante de 80 mil pessoas no centro do Rio, se posicionar contra o golpe ao mesmo tempo que pedia a demissão da ministra da agricultura, representante de um agronegócio hostil e violento aos povos indígenas; uma das principais vítimas do modelo de desenvolvimento do governo Dilma.

E agora, neste ponto em que nos encontramos, com a iminência de se confirmar de modo definitivo a saída da presidente Dilma, num golpe já inconteste, pois mesmo os 'puristas', mesmo aqueles 'inimigos' que o governo foi criando com suas escolhas, acertos e muitas falhas, já não podem esconder mais o horror que significa hoje defender esse governo ilegítimo que em poucas semanas operou o maior desmonte da história política brasileira. Calar-se hoje diante do golpe parece ser mais abusivo do que defendê-lo. Alguns poucos infelizmente estão aí. Com certeza o tempo contará essa história até agora ato. Por isso mesmo, neste agora, toda palavra assume a fatuidade do ato, por um lado físico (as vezes agressivo ou intempestivo), outras vezes cheio de alegria, de encontro, dessa carne que vai criando uma zona outra: ocupações, adultos, velhos, jovens, crianças, pobres, alguns mais ricos, todos soltos, meio bichos, máquinas celibatárias que povoam essa atmosfera que resiste hoje no Brasil. E mesmo Dilma, sobe ao palanque para dizer, mas também para ouvir; numa dicção que não aconteceu ao longo de seu governo. Dicção hoje ocupada pela força do movimento das mulheres, fora do recato, um passo ao lado da identificação autoritária com o falocentrismo, ali onde cabe ser 'querida' sem que para isso se fique recatada.

Por outro lado a ladainha religiosa da TV Globo vai mostrando a sua violência sobre o sentido, o seu sentido único nunca revelado, mas cultuado a cada dia. E de modo tão brutal que assistimos um estranho mundo se abrir sob os nossos pés: um de retorno às origens, desejo fascista, de inquisição, grampos vistos como uma escuta legítima, e pior, verdadeira! O julgamento! O desejo de julgamento.

Outro, um tanto ainda informe, cheio dessas ocupações, de novas dissidências, novos desencontros, encontros e perdas reelaboradas: muitas perdas que pedem passagem, que precisamos deixar ir. Mas de onde ouvimos, parece que o novo é que somos aqui chamados não apenas a falar, prática que em muito nos isolou, e para muitos encastelou os seus próprios eus. Somos chamados agora a ouvir.

Este extenso texto, um pouco carta, um pouco manifesto, um pouco artigo de análise política, um pouco um afetivo panfleto ativista expressa a própria dificuldade em classificá-lo. Fruto das nossas incertezas. Queríamos dar um sinal aos nossos amigos pelo mundo, a muitos que têm nos mandados mensagens nos pedindo que expliquemos o que se passa, querendo entender: preocupados conosco. Sim fomos vítimas de um golpe (e disso temos certeza!), em muitos sentidos e para muito além do debate simplesmente jurídico (embora sejam centenas e centenas os juristas que dizem se tratar de um processo inconstitucional). Aos amigos espalhados pelo planeta pedimos solidariedade e pedimos que façam circular este texto e este sentimento o máximo possível, nas redes, nas ruas, nas casas, nas universidades e em todos locais de trabalho e de festa.

Pelo restabelecimento imediato da democracia do Brasil!

Nenhum direito e nenhuma política social a menos! Fora Temer!

Rodrigo Guéron e Ana Kiffer

Rio de Janeiro, inverno de 2016